

A ABI e a construção da identidade profissional dos jornalistas brasileiros*

The ABI and the construction of the professional identity of Brazilian journalists

Henrique Moreira¹
Luiz Martins²

Resumo

O presente artigo trata de questões relacionadas à identidade profissional dos jornalistas brasileiros, processo que tem início nas primeiras décadas do século XX, com a fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e com o surgimento dos primeiros sindicatos da categoria no Brasil. Destaca a importância da ABI na maneira como a sociedade atribui valor à atividade profissional e registra a participação da instituição em momentos decisivos de nossa história política e as mudanças significativas verificadas no perfil profissional dos jornalistas contemporâneos.

Palavras-chave: Jornalismo. História do jornalismo. Identidade profissional. Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Abstract

This article deals with the issues related to professional identity of Brazilian journalists, a process that begins in the first decades of the twentieth century with the founding of the Brazilian Press Association (ABI) and the emergence of the first journalists unions in Brazil. It highlights the importance of ABI in the way society assigns value to professional activity and records the institution's participation in decisive moments in our political history and to significant changes in the professional profile of contemporary journalists.

Keywords: Journalism. History of journalism. Professional identity. Brazilian Press Association (ABI).

* Recebido em: 22/03/2016.
Aprovado em: 06/06/2016.

¹ Manoel Henrique Tavares Moreira (henrique.moreira@uniceub.br). Jornalista, Mestre e Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília. É professor da graduação e da pós-graduação e Coordenador dos cursos da área de Comunicação Social do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). É o responsável pela disciplina “História da Comunicação”.

² Luiz Martins da Silva (dasilvaluizmartins@gmail.com). Jornalista, Mestre em Comunicação (UnB) e Doutor em Sociologia (Universidade Nova de Lisboa). Pesquisador e orientador no Mestrado e no Doutorado no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da UnB. Coordenador do Projeto de Extensão “SOS Imprensa – leitura crítica da mídia”.

1 Introdução

A construção da identidade profissional de determinada categoria ou segmento profissional tem sido objeto permanente de interesse das ciências sociais. No caso dos jornalistas, essa questão tem levado os pesquisadores a buscar estabelecer uma relação entre o papel social que os jornalistas desempenham nas sociedades democráticas e a maneira como trataram de construir uma imagem que fosse condizente com a importância que pretendem ter enquanto categoria.

Nesse artigo, apontamos para um fato histórico que consideramos fundamental para a construção da identidade profissional dos jornalistas brasileiros, ou seja, a criação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e de que maneira essa instituição colaborou para definir o papel social dos jornalistas brasileiros a partir de sua atuação permanente, ao longo de todo o século XX.

Nosso objetivo, portanto, é entender de que maneira a criação da ABI contribuiu para a construção do que se convencionou chamar de identidade profissional, ou de uma maneira ampla, aquilo que permite aos atores envolvidos na prática do jornalismo reconhecerem-se mutuamente, partilhando “uma interpretação comum sobre o mundo, de um sentido geral, que permearia suas diferentes ações e comportamentos” (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011, p. 42).

Essa questão foi analisada com base em uma perspectiva histórica, envolvendo a fundação e consolidação da ABI enquanto instituição representativa dos jornalistas brasileiros, com a ajuda de uma revisão bibliográfica a respeito da origem e da participação da associação em episódios importantes da história recente do Brasil.

2 Origem

Para Mark Deuze, a história do jornalismo pode ser contada a partir da emergência da identidade profissional dos jornalistas, marcada por uma ideologia profissional defendida por eles com muita veemência. (DEUZE, 2005, p. 442).

Segundo Traquina (2004, p. 81), o processo de legitimação e de reconhecimento do campo profissional do jornalismo passa, necessariamente, pela formação de associações e sindicatos a partir do século XIX, principal-

mente nos Estados Unidos³ e na Europa. Esse processo envolveu, ainda, o estabelecimento de cursos superiores e de códigos de ética e de outros instrumentos legais que vão regular a atividade profissional dos jornalistas.

No Brasil, as primeiras tentativas de criar uma entidade que congregasse os jornalistas ocorreram ainda na primeira década do século XX. Mas foi com a chegada de Getúlio Vargas⁴ ao poder que os jornalistas obtiveram os recursos necessários para consolidar a Associação Brasileira de Imprensa ? ABI como uma entidade importante, não só do ponto de vista da proteção e do apoio ao exercício da profissão, bem como da projeção social da categoria e da sua capacidade de influenciar as questões mais relevantes para a sociedade da época.

Criada em 1908 (há exatos cem anos após a publicação do primeiro jornal brasileiro) a Associação Brasileira de Imprensa nasceu com o objetivo de estimular e valorizar a profissão de jornalista, num momento em que a imprensa passava por mudanças significativas, com o avanço tecnológico definindo novas formas de produção do jornal, valorizando a especialização e a divisão de tarefas (LENE, 2013, p. 19).

A criação da ABI foi uma iniciativa do jornalista Gustavo de Lacerda, preocupado em defender a liberdade de expressão e, também, em garantir o mínimo de dignidade àqueles que exerciam a profissão, por ele chamados de “proletários intelectuais” e que por isso mesmo estavam, sempre, necessitando de ações assistencialistas, como empréstimos, pagamento de remédios, auxílio-funeral.

Nascido em 1854, na cidade catarinense de Desferro, Gustavo de Lacerda era uma figura polêmica. Socialista, pregava que os jornais não deveriam constituir-se em empresas lucrativas e que teriam, antes de tudo, que exercer uma missão social relevante, funcionando como cooperativas.

Apesar da saúde frágil, Lacerda mantinha uma atividade política intensa, tendo estimulado a fundação do

³ A primeira instituição destinada a congregar jornalistas nos Estados Unidos, o *Washington's Correspondent Club*, data de 1867.

⁴ Getúlio Vargas destinou os recursos necessários à construção do edifício-sede da ABI (quatro milhões de cruzeiros), no Centro do Rio de Janeiro. Por essa iniciativa, recebeu o título de sócio honorário da Associação, o que causou enorme polêmica junto aos jornalistas que consideravam Vargas indigno do título, por haver perseguido e censurado a imprensa.

Centro Operário Radical, cuja reivindicação principal era a implantação de uma reforma agrária e o fim de monopólios e privilégios. Além disso, foi um dos fundadores do Partido Socialista Coletivista e incentivou a criação do sindicato dos linotipistas, que viria a ser o primeiro sindicato organizado no Rio de Janeiro.

Na condição de jornalista, Lacerda sempre se preocupou em noticiar questões que envolviam conflitos sociais. Foi assim que cobriu manifestações e greves, como as dos carroceiros e cocheiros do Rio de Janeiro, que lutavam contra a implantação de exigências desmesuradas por parte da prefeitura da cidade.

Gustavo de Lacerda morreu poucos meses depois de fundar a Associação Brasileira de Imprensa em decorrência de complicações causadas, principalmente, pela desnutrição crônica. A versão de que ele teria sido internado num quarto particular da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro é contestada por Moacir Pereira (PEREIRA, 2008, p. 36), que garante que Lacerda morreu, em uma enfermaria daquele hospital, em que havia sido internado na condição de indigente.

Lacerda, aos 50 anos, era um homem doente. Sem trato e ganhando pouco, via chegar o fim da vida sem ter sua velhice assegurada. Meses após fundar a ABI, foi internado como indigente e por desnutrição na Santa Casa de Misericórdia (LENE, 2013, p. 23).

A morte de Lacerda, ocorrida no dia 4 de setembro de 1909, foi noticiada em quase todos os jornais da época, dos quais recebeu homenagens por seu “amor à profissão e por sua luta em torno da união dos jornalistas”, principalmente pela fundação da Associação. Mesmo assim, foi enterrado em cova rasa no cemitério São João Batista o que, segundo Pereira, “revela a mais completa desumanidade dos colegas e dos diretores de *O Paiz*” (LENE, 2013, p. 24).

Para Edgar Morel, a *causa mortis* de Lacerda registrada em sua certidão de óbito, arteriosclerose, não é verdadeira. Para ele, Lacerda morreu de desnutrição, fome (MOREL apud PEREIRA, 2008, p. 36).

Em virtude de suas origens ou de suas aspirações sociais, parcela considerável dos jornalistas da época mantinha um preconceito em relação às atividades associativas e aos movimentos reivindicatórios por melhores salários e condições de trabalho. Essas iniciativas eram vistas como “coisa de trabalhadores braçais” e que não ficavam bem para intelectuais. Por esta razão, houve enorme dificuldade que a associação teve em mobilizar os

profissionais para que unissem forças em torno dos próprios interesses.

No encontro em que foi fundada a ABI, no dia 7 de abril de 1908, estiveram presentes, apenas, oito jornalistas. Eles se reuniram numa acanhada sala emprestada pela Caixa Beneficente dos Empregados do jornal *O Paiz* e decidiram que os estatutos da nova associação teriam como modelo os estatutos da Associação Sindical Profissional dos Jornalistas Republicanos Franceses, instituição criada em 1881, e da Associação Sindical da Imprensa Estrangeira, de 1879 (PEREIRA, 2008, p. 36).

Ao longo do século XX, a ABI se consolida como entidade representativa dos jornalistas com o propósito de promover a união desses profissionais em torno de questões fundamentais, como a liberdade de imprensa e a luta pelo reconhecimento do importante papel social do jornalismo e que terá repercussão significativa no processo de construção de uma identidade de classe, tarefa de imensa complexidade, se considerarmos as características da atividade desempenhada pelos jornalistas e a maneira como a encaram.

3 A ação política da ABI e a imagem dos jornalistas brasileiros

Em geral, os jornalistas atribuem, a si mesmos, o papel de “servidores do público”, ou mais ainda de “cães de guarda” (*watch dogs* – expressão muito apreciada pelos jornalistas norte-americanos), vigiando os demais poderes (já que eles se consideram o *Quarto Poder*) e cumprindo um papel fundamental para a manutenção do sistema democrático e das liberdades individuais.

Segundo a cultura profissional, essa comunidade é de crenças que cumprem o serviço em uma dedicação total à profissão, cujo lado sagrado envolve: longas e irregulares horas de trabalho em que deixa de haver uma distinção entre a esfera da vida privada e a profissional, os evidentes perigos que os profissionais possam enfrentar, incluindo o de vida, a natureza altruística (devoção ao próximo) e mesmo nobre das suas responsabilidades sociais (TRAQUINA apud LENE, 2013, p. 22).

Em perfeita sintonia com essa imagem construída pelos próprios jornalistas em torno da profissão, a ABI teria atuação destacada em momentos decisivos da nossa história ao longo do século XX, como no movimento pela

criação da Petrobrás (*O petróleo é nosso*⁵) e durante o processo de redemocratização do país, iniciado com o projeto da lei de anistia que foi elaborado em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e promulgado em 1979. E, ainda, no pedido de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em dezembro de 1992⁶.

Além de cumprir importante papel no cenário político-institucional do país, consolidando-se como uma instância legítima nas lutas sociais que sacudiram o Brasil ao longo do último século, a Associação Brasileira de Imprensa dedicou-se, também, a pleitear melhores condições de vida para os profissionais do setor, o que resultou, em alguns casos, em distorções e privilégios injustificáveis numa sociedade em que a maioria dos trabalhadores tinha dificuldade em obter garantias trabalhistas essenciais.

Dentre essas distorções, as mais flagrantes são as leis especiais que concediam aos jornalistas profissionais descontos (e em alguns casos a gratuidade) em transportes públicos e a isenção fiscal (prevista na Constituição Federal de 1946) que os excluía do pagamento do imposto de renda e de outros tributos, como impostos prediais e de transmissão de bens.

A legislação garantia, ainda, aos jornalistas, o direito de pagar 50% do valor dos ingressos em casas de diversões e de passagens aéreas. Além de todas essas vantagens, aos jornalistas era garantido o direito à aposentadoria especial após 30 anos de serviço.

Esses privilégios usufruídos pelos jornalistas, diga-se de passagem, sem grandes crises de consciência, demonstram, claramente, a importância que a ABI assume junto às instâncias que controlam o poder, constituindo-se numa instituição de alcance nacional e de relevante importância no cenário político.

Apesar dessas distorções e das benesses obtidas por meio de uma ação eminentemente política, a presença permanente, nos últimos cem anos, como figura

mediadora e fiscalizadora da ação do Estado e seus entes sobre a vida do cidadão comum reserva à ABI um papel destacado entre as instituições que participam dos processos de socialização e de mobilização política no país.

Essa trajetória acabou repercutindo, positivamente, na maneira como a sociedade atribui valor à atividade dos profissionais de imprensa, garantindo-lhes o reconhecimento de sua importância social: “[...] a ABI atuou como instituição simbolicamente estimuladora da profissionalização e da valorização da profissão de jornalista no País” (LENE, 2013, p. 25).

A Associação Brasileira de Imprensa reúne 8.300 associados⁷, num universo de aproximadamente 145 mil profissionais registrados⁸. Além de representar os jornalistas filiados e de promover atividades políticas e culturais, a ABI oferece aos seus sócios e dependentes serviços de assistência médica e de assistência jurídica.

Apesar de sua dimensão histórica e de sua importância na formação e consolidação de uma identidade profissional de nossos jornalistas, é nítido que a ABI vem perdendo espaço, ao longo dos últimos anos, no cenário político brasileiro.

Sua capacidade de propor temas a serem discutidos e de levantar questões de interesse geral da sociedade tem se reduzido, consideravelmente, o que fica demonstrado com base em constatação de que a Associação já não se faz presente, há algum tempo⁹, em episódios relevantes de manifestação e mobilização social.

4 O Sindicalismo entre os “Proletários Intelectuais”

A formação das elites brasileiras, do período colonial até as primeiras décadas do século XX, teve como traço marcante certa identidade ideológica, cuja origem pode ser atribuída ao predomínio absoluto de Coimbra

⁷ Dados de 2013, obtidos junto ao site oficial da instituição. C.f.: <www.abi.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2015.

⁸ O número de jornalistas com registro profissional no Brasil mais que dobrou na primeira década de 2000, em relação aos 20 anos anteriores, e alcançou 145 mil em dezembro de 2011. A estimativa é do projeto de pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”, realizado pela UFSC em parceria com a FENAJ, que teve acesso a duas relações de registrados, fornecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com 92 mil nomes ao todo. (MICK; IDARGO; LIMA, 2012).

⁹ A última participação importante da ABI em episódios de impacto social e político foi no processo de impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992.

⁵ A campanha “O petróleo é nosso”, realizada entre 1947 e 1953 por grupos nacionalistas, tinha por objetivo pressionar o Congresso Nacional para que fosse aprovada a lei que estabelecia o monopólio estatal na exploração de petróleo no Brasil e criava a Petrobrás. Depois de uma longa mobilização popular que envolveu praticamente toda a imprensa da época, a lei foi aprovada em outubro de 1953.

⁶ O documento enviado ao Congresso, que pedia a cassação do então Presidente da República, foi assinado, em primeiro lugar, pelo presidente da ABI, jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

como principal centro formador, o que levou à constituição de um “núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades, em consequência de sua [das elites] educação superior se concentrar na formação jurídica” (GONÇALVES, 2011, p. 1).

Como parte da elite de juristas, os primeiros jornalistas brasileiros se enquadram, quase que sem exceção, nesse perfil: são bacharéis inseridos num ambiente intelectual construído com base nas tradições mercantilistas e absolutistas portuguesas. O que faz com que se comportem, de maneira muito parecida, mesmo quando divergem politicamente. Afinal, esses intelectuais formavam uma “ilha de letrados num mar de analfabetos” (CARVALHO apud GONÇALVES, 2011).

Essa condição comum aos nossos primeiros jornalistas irá, de certa forma, influenciar a construção identitária daqueles que viriam a constituir os quadros iniciais de nossas redações. Ao se considerarem, majoritariamente, “intelectuais”, os jornalistas brasileiros, simplesmente, mantêm uma percepção que herdaram ao longo da história e que acabou por chegar até os nossos dias.

Essa percepção de que fazem parte de um grupo diferenciado de trabalhadores (alguns se julgam, além de intelectuais, profissionais liberais apesar de serem empregados em empresas de comunicação) pode explicar a baixa adesão que os profissionais da imprensa sempre tiveram em relação à atividade sindical ou a qualquer outra ação associativa.

É fato que os jornalistas já possuem associações prestigiadas no contexto da federação, mas o nível de participação é tão frustrante como no final do século XIX. Se é verdade que nos períodos de repressão jornalistas e empresários da comunicação se unem nas mesmas trincheiras em defesa das liberdades de imprensa e de expressão, também é real que na democracia formal tem-se o mesmo conflito de classe registrado há um século e meio (PEREIRA, 2008, p. 35).

Uma pesquisa realizada em 2012 pela Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (BERGAMO; MICK; LIMA, 2012), e que tinha como objetivo definir o perfil do jornalista brasileiro apontou, claramente, a tendência que esses profissionais têm de não se envolver em atividades classistas, o que sem dúvida alguma repercute na capacidade de mobilização e de representatividade dessas associações.

Mais da metade dos jornalistas entrevistados na pesquisa se consideram de esquerda, ao mesmo tempo

em que cerca de um terço declaram não ter nenhuma afinidade ideológica com partidos ou correntes políticas.

Noventa por cento dos jornalistas que responderam aos questionamentos da pesquisa disseram não ser filiados a partidos políticos e quarenta e cinco por cento deles jamais participaram de movimentos sociais, associações ou organizações.

Muitos declaram que os jornalistas se despolitizaram nos últimos tempos, não sendo capazes de mobilização nem mesmo por algum interesse da própria categoria, como aumento salarial ou outra reivindicação profissional. Ainda assim, as redações reúnem cidadãos majoritariamente de esquerda. Muitos profissionais não são membros de partidos nem primam por uma atuação política marcante, e também não têm uma visão messiânica e salvadora do jornalismo (TRAVANCAS, 1993, p. 97).

Esses dados confirmam a dificuldade que os próprios jornalistas têm em reconhecer-se como parte de uma categoria de trabalhadores, sujeitos às mesmas relações de trabalho a que estão submetidos a maior parte dos grupos profissionais brasileiros.

E isso leva Silva (2004) a afirmar que é muito difícil enquadrar o jornalista numa rígida identidade de trabalhador assalariado, o que prejudica a construção de “uma consciência de classe”, fundamental para que os jornalistas (sobretudo os que atuam na grande imprensa) exerçam uma certa “autonomia moral e interpretativa” e assim possam intervir no debate político.

5 Conclusão

Os dados e informações aqui reunidos apontam que não faz parte do processo de construção da identidade profissional dos jornalistas o engajamento sindical ou a participação em atividades associativas. E, ainda, que esse tipo de comportamento tem raízes históricas, principalmente aquelas relacionadas à formação acadêmica dos primeiros jornalistas, cuja maioria provinha de atividades liberais.

Essa dificuldade observada nos jornalistas, de se enxergarem como parte de uma categoria profissional, pode ser encarado como algo paradoxal, já que o jornalismo é elemento fundamental nos processos históricos de mobilização e participação política das diversas categorias de trabalhadores.

No entanto, percebemos que essa postura é, na verdade, resultado de uma opção consciente, baseada numa visão identitária que coloca o jornalista como um

intelectual, distante, portanto, da realidade plena de dificuldades e de lutas que compõem o universo das demais categorias profissionais (inclusive a dos trabalhadores nas empresas jornalísticas).

Entretanto, há mudanças significativas no perfil dos jornalistas contemporâneos que têm sido estudadas e avaliadas visando entender de que maneira esses profissionais se percebem num ambiente cada vez mais dominado pela tecnologia, por novas formas e modelos de comunicação e caracterizado por relações empregatícias precárias.

Hoje, já é possível perceber que o jornalista prefere ser visto como profissional e pragmático, em vez de o personagem romântico e boêmio construído pela literatura e pelo cinema. Essa mudança na direção da profissionalização está relacionada, sobretudo, à ampliação das demandas do mercado, ao crescimento dos meios de comunicação de massa e à implantação da grande indústria cultural.

Referências

- ADGHIRNI, Zélia Leal; PEREIRA, Fábio Henrique. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. *Intertexto*, Porto Alegre, v. 1, n. 24, p. 38-57, jan./jun. 2011.
- BERGAMMO, Alexandre; MICK, Jacques; LIMA, Samuel (Coord.). *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho: síntese dos principais resultados*. Florianópolis: UFSC/FENAJ, 2012.
- DEUZE, Mark. What is journalism? professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Sage Publications*, London, v. 6, n. 4, p. 442-464, 2005. DOI 10.1177/1464884905056815.
- GONÇALVES, Sérgio Campos. O intelectual cortês e a civilização: um perfil dos fundadores do IHGB e de sua revista. In: OLIVEIRA, Camila A. B.; MOLLO, Helena M.; BUARQUE, Virgínia A. de Castro (Org.). *Caderno de resumos e anais do 5º Seminário Nacional da História da Historiografia: biografia e história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.
- LENE, Hérica. Memória e história da comunicação: a participação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no processo de profissionalização do jornalista. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 19-29, jan./jun. 2013.
- MICK, Jacques; IDARGO, Alexandre Bergamo; LIMA, Samuel Pantoja. *Perfil do jornalista brasileiro: Brasil tem 145 mil jornalistas registrados*. Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em: <<http://perfildojornalista.ufsc.br/2012/08/29/brasil-tem-145-mil-jornalistas-registrados/>>. Acesso em: 18 mar. 2015.
- PEREIRA, Moacir. Gustavo de Lacerda: os sonhos de um repórter pobre. *Jornal da Associação Brasileira de Imprensa*, Rio de Janeiro, v. 1, n. esp., p. 34-37, abr. 2008.
- SILVA, Marco Antônio Roxo da. Jornalistas: o sindicato no dilema entre a militância e o profissionalismo. *Revista Portal do Jornalismo Brasileiro*, São Paulo, n. 3, p. 1-29, 2004. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografia3_f.htm>. Acesso em: 30 maio 2016.
- TRAVANCAS, Isabel S. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993.